



**Intelectuais conservadores, sociabilidade e práticas da imortalidade:
a Academia Brasileira de Letras durante a ditadura militar (1964 – 1979)**

DIOGO CUNHA¹

Introdução

Em abril de 2014, comemoraram-se cinquenta anos que os militares, com a colaboração de civis, depuseram o presidente João Goulart e instalaram uma ditadura no Brasil. Verificou-se, por ocasião das comemorações, uma série de eventos que suscitou um debate inédito na sociedade acerca da última experiência autoritária brasileira. Publicações, colóquios, capas de revistas semanais e programas de debate televisivos dedicados ao tema mostraram que, mais do que com outros períodos da história do país, a sociedade brasileira ainda tem dificuldades para lidar com esse passado recente.

Como já foi sugerido (Aarão Reis, 2000), essa dificuldade decorre em grande parte do apoio dado ao golpe por considerável parcela da sociedade civil e da sua participação na manutenção do regime. Sendo os que optaram pela resistência uma ínfima minoria, o restante dos brasileiros acomodou-se a uma ditadura que suprimiu as liberdades civis, assassinou opositores e adotou a tortura como política de Estado. A partir de meados dos anos 1970, à medida em que parte da sociedade ia se afastando do regime, elaborou-se progressivamente uma memória coletiva na qual a “resistência” foi exaltada e a “colaboração” demonizada.

Sabemos, entretanto, que, entre esses dois polos, grupos, indivíduos e instituições se acomodaram, seja por necessidade, seja de maneira interessada². Ainda que haja muito a ser pesquisado, revelado e discutido publicamente, em suma, haja um *devoir de mémoire* a ser realizado, a forma como o tema vem sendo abordado indica que talvez estejamos passando por um processo semelhante ao que Henry Rousso, utilizando conceitos freudianos, identificou na relação da sociedade francesa com a memória do regime de Vichy. A saber, a uma fase de “repressão”, que viu triunfar uma memória da resistência, seguiu-se uma fase de

¹ Doutor em História pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) e professor da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP).

² Utilizamos aqui as noções propostas por Philippe Burrin para pensar as formas de acomodação da sociedade francesa com o ocupante alemão durante a Segunda Guerra Mundial. O historiador suíço cunhou os termos “Acomodação de necessidade” [Accommodation de nécessité] e “Acomodação escolhida ou voluntária” [Accommodation choisie ou volontaire] aos quais ele acrescentou a colaboração definida como “uma espécie de acomodação elevada em política” [Accommodation élevée en politique] (Burrin, 1995).



“retorno do reprimido”, em que essa mesma memória foi pouco a pouco desmistificada (Rousso, 1987).

Os principais responsáveis por esse trabalho de desmistificação, no caso brasileiro, são os historiadores profissionais, uma vez que o senso comum ainda mantém intacta a imagem de uma sociedade vitimizada por um regime de exceção que teria sido imposto unicamente pelos militares. Graças a pesquisas levadas a cabo ao longo da última década sobre indivíduos, grupos e instituições diversos, possibilitadas pela liberação de fontes sobre o período e pela consolidação do regime democrático, temos hoje uma compreensão mais ampla do regime militar e dos fundamentos do autoritarismo brasileiro.

No entanto, os intelectuais e, de forma geral, a cultura durante os anos 1960 e 1970, foram estudados apenas parcialmente. Desde o célebre artigo de Roberto Schwarz sobre cultura e política na segunda metade dos anos 1960 (1978), priorizou-se um determinado tipo de intelectual, de esquerda, e um setor da atividade cultural, aquele dominado pelos artistas de esquerda. O “intelectual especialista” e o seu meio, a universidade, tinham sido abordados apenas no último segmento do livro de Daniel Pécaut (1989), antes que Rodrigo P. S. Motta viesse suprir essa lacuna (2014). O intelectual conservador dos anos 1960 e 1970, por sua vez, continua marginalizado. Renato Ortiz foi durante muito tempo uma exceção ao evocar, ainda que sumariamente, a importância dada à cultura pelo estado autoritário e sua relação com os intelectuais conservadores (1985). Recentemente, Tatyana Maia defendeu uma tese sobre o Conselho Federal de Cultura (CFC) revelando um pouco mais a sua atuação (2010).

Este artigo é parte de uma pesquisa mais ampla acerca do papel da Academia Brasileira de Letras (ABL) e do comportamento dos “imortais” durante o regime militar. Ao longo do trabalho, uma questão central guiou nossas investigações: em que medida a ABL, instituição oficialmente “apolítica”, pôde servir como uma instância de legitimação para a ditadura militar? Se a política, no sentido ideológico ou partidário, foi excluída dos discursos e conversações do cenáculo, ela fez-se presente desde da sua fundação de outras formas. Acreditamos que a ABL, pela composição de seus membros, majoritariamente conservadores, e pela missão que ela se atribuía de “guardiã” das tradições, literárias ou não, fizeram que ela difundisse um conservadorismo e um conformismo que tiveram um papel simbólico, mas eficaz, na esfera política. Ela permaneceu próxima dos regimes autoritários do século XX e erigiu-se, na medida das suas possibilidades, contra novas ideias políticas ou intelectuais. Nesse sentido, conformismo literário e conformismo político caminharam lado a lado.

Pensar a política através do que chamamos de “práticas da imortalidade” é o objetivo desse artigo. Interessa-nos saber se a “Casa de Machado de Assis”, como é também conhecida a ABL, por meio de suas práticas cotidianas, supostamente “apolíticas”, contribuíram para legitimar a ditadura militar. Ao tratar desse aspecto específico da pesquisa, estaremos abordando as relações entre esse grupo e o regime através de suas redes de sociabilidade e da defesa de determinados valores que eles acreditavam ser aqueles da tradição e de uma “autêntica” cultura brasileira. É uma perspectiva, a nosso ver, mais complexa do que supostas declarações de apoio e repúdio.

Sociabilidade e política nas práticas da imortalidade

A ABL participa diretamente, através dos seus membros, da política oficial. Mas, *intramuros*, essa política deve operar de outro modo. Como a Academia Francesa, a “Casa de Machado de Assis” pretende ser um dos símbolos da continuidade nacional para além dos regimes e das mudanças políticas, tendo um papel na reprodução e perpetuação da “consciência nacional”. Mencionamos anteriormente que a instituição é um lugar de consagração das elites nacionais e que, apesar de uma diversidade aparente, faz um recrutamento social relativamente homogêneo. Representante da cultura oficial, ela atua como uma correia de transmissão, difundindo um discurso conservador enquanto discurso neutro e “apolítico”. Um outro aspecto é crucial: as redes de sociabilidade entre acadêmicos e militares ou civis próximos ao regime podiam ter, a nosso ver, um impacto político efetivo. Por exemplo, a presença de altos-dignitários da ditadura nas comemorações ou cerimônias de posse, inclusive do próprio presidente da República, podia ser mais efetivo na legitimação do regime do que um artigo escrito em um jornal.

Nosso objetivo aqui é pensar como a política pode operar “apoliticamente” entre os muros da ABL, seja no plano discursivo, seja no plano das práticas. Um processo de seleção extremamente rigoroso foi necessário para tornar a análise operacional. Duas “práticas” serão examinadas a partir de casos específicos: as cerimônias de posse e as visitas recebidas pelos acadêmicos.

Cerimônias de posse e o “Palácio Austregésilo de Athayde”

A cerimônia de posse é um dos momentos de maior visibilidade da vida acadêmica. O discurso dos novos eleitos deve exaltar os ocupantes precedentes da cadeira e os valores da instituição devem também ser enaltecidos: a tradição, o conservadorismo, o “apolitismo”, a cordialidade. Raramente os discursos de posse fazem referência a alguma conjuntura política imediata. Examinaremos duas cerimônias ocorridas durante a ditadura militar: a de Adonias Filho e a do general Aurélio de Lyra Tavares.

Em 14 de janeiro de 1965, o escritor Adonias Filho, “uma das figuras mais prestigiadas na hierarquia da revolução” (Jornal do Brasil, 1965), é eleito para ocupar a cadeira 21. Foi, indiscutivelmente, o discurso de posse mais politizado que houve durante o regime militar. O que faz dessa cerimônia um acontecimento ainda mais interessante para uma análise é que o “imortal” que acolheu Adonias Filho não foi ninguém menos que Jorge Amado. Isso mostra que a clivagem direita/esquerda nem sempre é aplicável no mundo intelectual, no qual as amizades e as desavenças têm um papel mais importante do que posicionamentos políticos.

Adonias Filho convidou pessoalmente Castelo Branco para a sua cerimônia de posse. (Jornal do Comércio, 1965). Já no início do seu discurso, ele fala sobre o papel que deveria ter o intelectual e a ABL. Esta última, segundo ele, permite o encontro através do tempo de diferentes gerações de homens que se uniram em torno das mesmas afinidades e dos mesmos valores. Entre estes, a liberdade deveria ser a grande preocupação dos intelectuais, e a sua defesa é exatamente aquilo que faz do trabalho intelectual um “ato público”. Ela deveria estar “no centro dos grandes problemas do mundo” e seria essa liberdade que teria permitido o seu encontro com os ocupantes precedentes da cadeira 21, armando na “praça acadêmica” um “bastião de fermentação revolucionária” (Filho, 1965, p. 1159).

Adonias Filho menciona então cada um deles para mostrar como cada um lutara pela liberdade. Segundo o novo “imortal”, para os escritores que o precederam, a liberdade não era apenas uma temática central em suas reflexões, mas uma “determinação” (Filho, 1965, p. 1161). Ele examina então os ocupantes da sua cadeira. Primeiro, o patrono Joaquim Serra, escolhido pelo membro-fundador José do Patrocínio, que se engajou no movimento abolicionista. Para Adonias, ele teria começado a “revelar a determinação da cadeira 21 como bastião da liberdade” (Filho, 1965, p. 1162). Essa luta foi a mesma levada a cabo por José do Patrocínio, ele também um conhecido abolicionista. Os dois outros ocupantes da cadeira 21 são mencionados rapidamente: Mário de Alencar, que teria igualmente “compreendido o abolicionismo em todas as suas consequências culturais” (Filho, 1965, p. 1162), e Olegário Mariano, antes de se consagrar ao seu predecessor, o crítico literário Álvaro Moreyra.



Existiria neste último uma “liberdade existencial” no sentido de uma bondade que se revela nas práticas cotidianas, tendo ele “personificado a liberdade” (Filho, 1965, p.1164). A cadeira 21 era doravante ocupada por Adonias Filho: “É minha cadeira” (Filho, 1965, p. 1167). Assim, para ele, os escritores que a haviam ocupado consolidaram a liberdade enquanto uma tradição. E, ainda de acordo com o novo “imortal”, o destino quis que ela fosse doravante ocupada por um escritor e crítico literário que “sabe que é na liberdade que se encontra a inteligência como uma função intelectual”. E, enquanto escritor do seu tempo, ele não poderia evitar o que exige a obra dos seus predecessores: “elas exigem a luta contra a censura ideológica, contra o comando do partido único nas artes e na ciência, contra o bloqueio cultural – que eu tentei estudar em um dos meus livros – que ainda hoje reprimem os povos e humilham os homens” (Filho, 1965, p. 1168). E conclui:

O fanatismo ideológico, responsável por guerras e revoluções, responsável sobretudo pela volta da brutalidade totalitária, não destruiu a confiança do homem. E, quando não pôde medir os resultados e as consequências, a conclusão que se impôs não se alienava frente aos problemas do mundo: a liberdade, como uma função no comportamento humano e em seu uso político no processo democrático, manteve-se como valor decisivo. Essa liberdade, que tanto preocupava o escritor em suas relações com a receptividade, ele a reencontraria – menos como uma motivação e mais como um elemento –, mas ele a reencontraria na Cadeira 21. Sei agora que, entre nós, não há distância ou conflito, debate ou crise. A sombra que vem por cima nos abriga a todos. Uma dádiva de Deus, que agradeço, esta de pertencer à Cadeira 21, a Cadeira da Liberdade (Filho, 1965, p. 1169).

A cerimônia foi amplamente divulgada nos jornais. No mesmo dia, o *Diário de Notícias* anunciava que ela se realizaria à noite e contaria com a presença do presidente Castelo Branco e do ministro Luís Viana Filho, este último também “imortal”. O jornal avançava que o novo acadêmico falaria da liberdade em seu discurso. Uma liberdade, dizia Adonias Filho ao jornal, “garantida no Brasil pela revolução que não proibia livros e não prendia escritores como na Rússia” (*Diário de Notícias*, 1965). Ele afirmava ainda que o “Manifesto dos intelectuais”³, divulgado um mês antes, era uma “impostura”, antes de afirmar que “a revolução [...] enquanto fenômenos de renovação do processo social, deverá influenciar e tornar possível o surgimento de um ciclo literário, mas ainda é cedo para isso” (*Diário de Notícias*, 1965).

A *Notícia* afirmava que o escritor Jorge Amado havia reafirmado sua “condição de homem de esquerda” em seu discurso de recepção à Adonias Filho e que “os dois imortais estavam de acordo sobre a apologia à liberdade e à convivência, característica do povo

³ Trata-se de um manifesto assinado por vários intelectuais de esquerda e publicado no dia 14 de março de 1965 pedindo o retorno da democracia.



brasileiro”, em uma reportagem que tinha o sugestivo título de “Esquerda e governo comungam liberdade” (A Notícia, 1965). A maneira cujo jornal *A Notícia* noticiou a cerimônia de posse de Adonias Filho, bem como a sua recepção por Jorge Amado, passando a ideia de um suposto acordo entre “a esquerda” e “o governo” em torno da liberdade incita a nos questionarmos sobre a relação entre intelectuais de diferentes sensibilidades políticas.

Em seu discurso de recepção, Amado não pôde deixar de fazer menção a essa curiosa situação: a de um homem de esquerda como ele acolher um dos intelectuais mais célebres da extrema-direita brasileira, entusiasta conspirador do golpe de 1964:

Perdoai-me, Sr. Adonias Filho, se me perco em adjetivos e não faço a crítica, a análise, o erudito balanço de vossos livros, se quase me esqueço de chamar a atenção para a vossa atividade de ensaísta, seja de ensaísta político, tão distante da minha maneira de ver os problemas e as soluções, seja a do excelente ensaísta literário que sóis [...] Se fosse vosso desejo escutar aqui, hoje, nesta noite de festa, de vossa festa, a análise de vossa obra admirável e seu justo conceito, a medida exata de vossa importância em nossas Letras, terias escolhidos par vos receber e saudar um dos vários mestres da crítica literária com assento nesta casa [...] Escolhestes com o coração, ao conterrâneo, ao amigo de infância, ao colega de colégio interno, ao companheiro de Letras, à fraternal amizade jamais estremecida seja pelas divergências literárias, seja pelas divergências políticas, pois sabemos um e outro, Sr. Adonias Filho, o bem pouco que valem os fuxicos da Literatura e as futricas da Política ao lado da inteireza do homem, de sua dignidade (Amado, 1965, p. 1187).

E, mais adiante, completa:

Houve quem tentasse, mesquinamente, maliciar com o fato de ser eu, velho e provado homem de esquerda, a receber-vos aqui, esta noite, devido às divergências que separam a vossa e a minha atuação política, o vosso e o meu pensamento político. Como se o fato de ser vosso adversário no terreno das ideias políticas pudesse influir em minha opinião e em minha estima por vossa obra de romancista, como se não pudéssemos ser amigos de fraterna amizade pelo fato de discordarmos sobre concepções e soluções políticas. Bem idiotas são esses sectários e dogmáticos de qualquer posição, partido ou ideologia, de qualquer seita, seja ela de esquerda ou de direita. Como homens políticos, creio possuímos em comum, mais além de nossas divergências ideológicas, algo da maior importância, Sr. Adonias Filho. É nosso horror, nossa total desestima por todo e qualquer sectarismo, por essa estreiteza de visão e de ação que é a negação da inteligência, e que é o único e mísero capital de certos homens políticos, sua única maneira de fazer política. Para esses a política é apenas o ódio, a injustiça, a perseguição, a negação da cultura e do humanismo (Amado, 1965, p. 1189).

Esse trecho diz muito sobre as relações entre os membros de um pequeno grupo. Com frequência, a amizade ou as desavenças têm um papel mais importante em suas relações do que divisões ideológicas e/ou partidárias que dividem o campo político entre direita e esquerda. O próprio Jorge Amado dá-nos a prova quando ele menciona sua amizade com



Adonias Filho. No âmbito da ABL, essa proximidade entre acadêmicos de diferentes matrizes políticas é apresentada como “prova” do seu “apolitismo”. Nós pensamos, entretanto, que a adesão de homens de esquerda às práticas da imortalidade, ao reforçar a ideia de “apolitismo”, contribuíram para difundir um discurso conservador pretensamente “apolítico”.

A segunda cerimônia de posse que gostaríamos de analisar foi a do general Aurélio de Lyra Tavares. Não apenas por se tratar da eleição de um dos principais nomes da ditadura, mas também porque ela traz um elemento importante para pensar a relação dos intelectuais com regimes políticos: o da possibilidade de vantagens financeiras. Nós pensamos que a eleição do general em 1970 e a derrota de Juscelino Kubitschek em 1975 estão estreitamente ligadas à doação de um edifício para os acadêmicos feita por Médici, assim como o financiamento para construir um moderno arranha-céu de quase 30 andares. Essa doação ilustra como possibilidades de ganho materiais podem estar no centro dessas relações.

A história dessa doação é longa e complexa e cobre quase exatamente o período da ditadura militar. Ela começa em 1956, quando o então presidente Juscelino Kubitschek fez uma visita a ABL para anunciar que acabara de assinar uma lei que permitia à instituição imprimir suas publicações pela Editora Nacional. Mas os acadêmicos tinham planos mais ambiciosos em mente: demolir o *Petit Trianon* para construir em seu lugar um edifício grande e moderno. Para realizá-lo, eles precisavam de um grande financiamento. Kubitschek engajou-se então para que esse financiamento fosse liberado pela Caixa Econômica Federal. Todavia essa promessa caiu no esquecimento (Sandroni & Sandroni, 1998, p. 533).

Quatro anos depois, quando Austregésilo de Athayde já era presidente da ABL, uma nova proposição foi feita à Kubitschek: já que o próprio Athayde era contrário à demolição do *Petit Trianon*, ele pediu ao presidente da República a doação de um prédio antigo que se encontrava ao lado da ABL. Seu projeto era demoli-lo e construir em seu lugar um edifício destinado a ser um centro cultural. Em 1960, último ano do seu mandato, Kubitschek atende ao pedido dos “imortais” e assina o decreto de doação. Todavia, menos de um ano depois, o novo presidente da República, Jânio Quadros, revoga-o.

A tentativa seguinte ocorre já durante o regime militar. Um mês antes de passar o poder para Costa e Silva, Castelo Branco assina o decreto de doação do pavilhão inglês. Mas uma cláusula impedia que os acadêmicos fizessem qualquer modificação no edifício, o que frustrava os planos de Austregésilo de Athayde. O presidente da ABL lança-se novamente numa campanha junto às autoridades da ditadura para conseguir a doação do pavilhão inglês sem qualquer barreira jurídica. Apenas em setembro de 1970, Médici assina o decreto de



doação sem nenhuma contrapartida. Entretanto, o caminho percorrido por Athayde foi longo, e é em meio a esse processo que tem lugar a eleição de Aurélio de Lyra Tavares.

Em agosto de 1969, quando a Junta liderada por ele assume o poder após a doença de Costa e Silva, morria o acadêmico Múcio Leão. Em dezembro, Lyra Tavares candidata-se e, “sem nunca ter feito as pazes com a gramática” (Gaspari, 2001, p. 265), vence o poeta Lêdo Ivo. Em suas memórias (1977, p. 253), Lyra Tavares afirma que jamais pensara em atingir “a glória da imortalidade” e que foi uma comissão de acadêmicos que foi até ele pedir que se candidatasse. Segundo o general, os “imortais” teriam argumentado que, desde o falecimento de Gregório da Fonseca, as Forças Armadas não tinham um representante na ABL (Lyra Tavares, 1977, p. 254). Não sabemos quem compunha essa “comissão”, mas é provável que o patrocinador da iniciativa tenha sido Austregésilo de Athayde. Por sinal, as suspeitas de que o presidente da ABL teria articulado a candidatura do general fez com que ele negasse seu envolvimento através do *Tribuna da Imprensa* (1969). Para Lêdo Ivo, não havia dúvidas. Em uma entrevista realizada com ele na ABL, ele afirmou: “

eu, sem saber, pobre poeta alagoano fui envolvido numa das maiores conspirações que já houve na história da Academia durante a ditadura, né? E vários amigos meus íntimos votaram no general, pois a Academia tem suas conveniências, né? (Ivo, 2011).

Entre a declaração de candidatura do general Lyra Tavares, no dia 30 de dezembro de 1969, e a aprovação da doação de Médici pelo Congresso Nacional, no dia 3 de dezembro de 1970, várias correspondências foram trocadas entre Austregésilo de Athayde e o Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, e também entre Athayde e o novo “imortal” Lyra Tavares.

A cerimônia de posse de Lyra Tavares realizou-se em 2 de junho de 1970. O *Diário da Tarde* estampava uma foto da cerimônia na qual Médici e Rademaker ocupavam o centro da mesa composta para a ocasião. Sob o título de “Médici e Rademaker viram Lira [sic] tomar posse na ABL”, o jornal trazia a lista dos convidados para a cerimônia, composta pela cúpula da ditadura (Diário da Tarde, 1970). Apesar de o discurso de posse ter a pretensão de ser “apolítico”, como convém nessas ocasiões, a política é omnipresente:

Terminei por decidir-me a disputar o privilégio da vossa convivência e o reconforto das atividades do espírito, que ela nos propicia, depois dos desencantos, das canseiras e das incompreensões que desgastam, quando não sacrificam, a vida dos que, por obra do destino, participam das graves responsabilidades de governar, no quadro de uma Nação, como o Brasil, já muito sofrida por tantos erros acumulados, a perturbarem-lhe a harmonia, a racionalidade e a marcha do desenvolvimento [...] É

também mais fácil pensar em si mesmo, nos interesses próprios, e clamar sempre por novos direitos, inclusive o direito de não cumprir deveres, que são compromissos para com a Pátria, quando é certo que os misteres do seu progresso e da sua segurança hão de caber, indistintamente, a todos os cidadãos (Lyra Tavares, 1970, p. 221).

O general coloca em relação a ideia de harmonia com as de segurança e desenvolvimento, palavras de ordem do regime militar e retoma noções-chaves da propaganda oficial, como o “otimismo ultraconservador” (Fico, 1997; Reis, 2009) e o civismo, que ele reforça através de outros valores historicamente ligados à direita que são os de ordem e dever:

Na Academia estamos certos de não encontrar a política [...] Esta é a minha maneira de ver a nossa Casa de Machado de Assis, muito embora não me pertençam as palavras com que a ela me refiro agora [...] Foi assim pensando que eu me decidi a pleitear uma cadeira entre vós. Minha formação espiritual não se coaduna com a intolerância nem com as arestas irremovíveis da intransigência e de ideais radicalistas, no convívio de estudos entre homens de cultura, pois convivência significa harmonia e compreensão, visando aos mesmos fins superiores e impessoais, o que subentende o respeito de cada um pelas idéias dos outros. É o que ocorre na própria Nação, como comunidade social, cuja segurança e cujo progresso não se realizam sem a predominância dos postulados do direito e da liberdade. Tais postulados, entretanto, somente podem predominar dentro da ordem e quando os cidadãos, as classes e os grupos sociais vierem-se a guiar pela compreensão altruística dos interesses da Pátria, que nos cumpre colocar acima dos nossos próprios interesses e pontos de vista [...] As cores, como as ideais, convivem, umas com as outras, na formação dos matizes, por obra da inteligência criadora que é própria do homem, sem que, contudo, deixem de existir, na sua essencialidade, por mais que se extremem e se confrontem as predileções, no debate dos pensamentos e das concepções diferentes, que nunca se extinguirão pela violência, pela força, recursos incompatíveis com a realização da felicidade coletiva (Lyra Tavares, 1970, p. 223).

Essa eleição foi apenas a primeira etapa do percurso que resultou na doação do edifício para a ABL por parte da ditadura. Cinco meses depois da primeira carta enviada por Athayde ao ministro Passarinho, que citamos, o presidente da ABL escrevia agora ao já “imortal” Lyra Tavares, embaixador do Brasil na França, evocando o problema de modificação do decreto de Castelo Branco. A carta é datada do dia 3 de agosto de 1970:

Meu caro Lyra Tavares, é uma pena que mal iniciado o nosso convívio já Você [sic] tivesse que partir depois de haver, como Cezar, chegado, visto e vencido. Até os mais duros são hoje seus grandes admiradores e não escondem a simpatia pela sua presença na Academia. Encontrei o Passarinho que me reafirmou a notícia dada pelo Presidente Médici de que o Decreto estava assinado. Até agora, porém, não apareceu no Diário Oficial. A demora prejudica o andamento das obras e a realização do nosso grandioso plano (Athayde, 1970).



Dois meses depois, quando o projeto fora enviado ao Congresso Nacional, o presidente da ABL volta a escrever, dessa vez aliviado:

Meu caro Aurélio,

O nosso Gen Médici enviou mensagem ao Congresso, pedindo aprovação para o nosso Projeto [...] A Academia ficou muito satisfeita com o Presidente e sabe muito bem quanto foi eficaz a sua intervenção. Oportunamente testemunharemos ao Gen Médici a nossa gratidão pela maneira com que entendeu a necessidade da Academia, pedindo a colaboração do Congresso para completar o Decreto-Lei do nosso querido e inesquecível Castelo Branco (Athayde, 1970).

Contudo, é apenas em 1974 que Athayde consegue dar o próximo passo. Ele aproveita então um encontro com o novo presidente da República, o general Ernesto Geisel, para falar do seu projeto para a ABL. De acordo com os biógrafos do “imortal”, Austregésilo de Athayde teria mencionado ao general a sua intenção de tentar conseguir um financiamento no exterior para concretizar o seu projeto de construir um centro cultural. Entretanto, Geisel teria encorajado-lhe a pedir um empréstimo na Caixa Econômica: “Vá à Caixa que eu ajudo”, teria dito o presidente (Sandroni & Sandroni, 1998, p. 660).

O empréstimo foi autorizado no dia 15 de maio de 1975. Um mês depois, no dia 16 de junho, falecia o acadêmico Ivan Lins, e prontamente Juscelino Kubitschek se candidatou para sua sucessão. Essa candidatura provocou, durante os quatro meses que precederam o escrutínio, em 23 de outubro, uma disputa acadêmica que adquiriu uma dimensão política imprevisível. Alguns documentos apontam para a existência de pressões feitas pelos militares para impedir a vitória do ex-presidente da República. Os dois campos, os “juscelinistas” e “antijuscelinistas” estavam de acordo em pelo menos um ponto: a vitória de Kubitschek para a ABL iria relançá-lo no espaço público e representaria uma derrota para o regime.

Nas vésperas da morte de Ivan Lins, Josué Montello recebeu um telefonema do seu “confrade” Pedro Calmon:

- É verdade que o Juscelino vai ser candidato à Academia na próxima vaga?
E quando lhe respondo que, até este momento, o ex-Presidente nada me falou, já que está completo o quadro da Academia, Calmon, sempre reservado em matéria de voto, não se contém:
- Se a vaga não for minha, votarei nele nos quatro escrutínios.
Passado um silêncio, adianta-me:
- Estou sentindo, vinda de cima, muita safadezinha contra ele. Parece que o Governo vai atirar-se contra a eleição, se ele se candidatar. Foi o que chegou ontem ao meu ouvido (Montello, 1991, p. 661).



Cinco dias depois desse telefonema, e após a confirmação da candidatura de Kubitscheck, Montello escreve em seu diário:

Para opor-se ao Presidente Juscelino, no pleito da Academia, apresentou-se um escritor baiano, Bernardo Élis, também punido pela Revolução de 1964. Brillante. Boa manobra. Manobra do General Golbery, no Palácio do Planalto? Parece que sim. Dizem que o Golbery ainda não perdoou ao ex-Presidente ter sido preterido por ele na carreira militar. E como ódio velho não cansa, parece que Golbery, além de não estar aplacado na sua desforra de bruxo astucioso, tem redobrado de conversas e iniciativas, para não permitir, com os seus poderes de líder revolucionário, que Juscelino seja acadêmico. A águia estaria de olho no colibri. Vamos ver qual vai ser a reação da Academia. De tarde, Juscelino vem ao meu encontro, e confirma: - De fato, é o Golbery quem está a se mexer contra mim (Montello, 1991, p. 665).

Ameaças e pressões continuaram a afluir. Em seu diário, Montello relata minuciosamente o ambiente pesado do dia da eleição. O ex-presidente foi derrotado no terceiro escrutínio por 20 votos contra 18⁴. Não saberemos com exatidão quem, entre os “imortais”, levou a cabo a campanha contra Kubitscheck nem o nível de pressão exercido pelos militares. Podemos apenas fazer conjecturas. Mas é difícil imaginar que Austregésilo de Athayde, obcecado pelos favores dos donos do poder, não tenha tido um papel decisivo. O ex-presidente não tinha dúvidas sobre a atuação de Athayde e a derrota o abateu profundamente. Ainda assim, ele foi para a cerimônia de posse de Bernardo Élis que se realizou no dia 10 de dezembro de 1975 e o parabenizou. O empréstimo da Caixa Econômica Federal não foi anulado, como deixavam entender rumores vindos do Palácio do Planalto, e o Centro Cultural do Brasil foi rebatizado “Palácio Austregésilo de Athayde” em 1999.

É importante ressaltar que a ABL não elegeu apenas intelectuais de direita. Fernando de Azevedo, Hermes Lima, João Cabral de Melo Neto, José Honório Rodrigues e Antônio Houaiss foram eleitos entre 1967 e 1971. Esses casos atestam que não podemos fazer uma associação direta entre a instituição e a ditadura. A ABL tem seu próprio tempo, que não é o mesmo da conjuntura imediata, e sua própria história, independente de qualquer regime político. Os acadêmicos têm suas redes e seus interesses, o que lhes dá uma margem de ação. É necessário, portanto, analisar essas relações num sentido mais complexo em que as

⁴ Montello registra um fato no mínimo curioso. O quórum mínimo nas eleições da ABL é de vinte votos. O resultado do primeiro escrutínio foi de 19 votos para cada um, além de um voto nulo. Ou seja, houvera 39 votantes. No segundo escrutínio, Juscelino ganhara por 19 votos contra 18, o que faz 38 votantes. Ou seja, um voto havia desaparecido – aquele que teria dado a vitória ao ex-presidente? Finalmente, no terceiro escrutínio, Bernardo Élis ganhou com 20 votos contra 18 dados a Juscelino. Montello anotou em seu diário que, saindo do Petit Trianon, comentara com sua mulher: “Em breve o Bernardo Élis terá vergonha da sua vitória” (Montello, 1991, p. 697).



negociações, ambivalências, ganhos e perdas simbólicos e materiais ocupam um lugar primordial.

Visitas

Outra prática corrente eram as visitas que os “imortais” recebiam regularmente. Com efeito, trata-se de um evento muito mais fechado e menos “solene” do que as cerimônias de posse. No caso das visitas, o grau de formalidade e o “peso” dos visitantes eram extremamente variados. Às vezes, a visita parecia ter sido “improvisada” no último minuto; em outras, ela estava prevista com muita antecedência. Podia ir de alunos de escola até o presidente da República, passando por embaixadores, escritores e jornalistas. Durante a ditadura, inúmeras personalidades visitaram a ABL. Limitar-nos-emos ao exame de uma delas, realizada pelo Senador Petrônio Portella no dia 18 de janeiro de 1973, ilustrativa da proximidade entre a instituição e o regime militar. Athayde abriu a sessão agradecendo a medalha comemorativa dos 150 anos da Independência que ele recebera do Senado. “Agora”, dizia o presidente da ABL, “era o momento da Casa de Machado de Assis, a mais alta representação da vida cultural do Brasil, retribuir a homenagem” (Revista da ABL, 1973, p. 106). Ele passou a palavra a José Honório Rodrigues que pronunciou um discurso ambíguo.

O historiador começou dizendo que era um prazer homenagear o representante de um poder que reconhecia “o valor, a força do pensamento e da cultura nacional numa época intelectualmente reduzida à procura de finalidades materiais e ameaçada pelas forças incontroladas da tecnologia” (Revista da ABL, 1973, p. 106). Segundo ele, o século XX acabara com a ideia segunda a qual o pensamento e a cultura ocuparam uma posição central na vida das pessoas. No caso do Brasil, sempre existiu, prossegue o historiador, um combate entre as forças intelectuais e as forças anti-intelectuais. E dizia, em um discurso preparado para o representante da ditadura militar, que “os ataques à influência intelectual, a ideologia do antipensamento, a perda de confiança na força das ideias, tudo isto nasceu neste século, com a tentativa de destruição do sistema democrático”. “O autoritarismo”, dizia José Honório para Portella, “é uma forma destrutiva da cultura” (Revista da ABL, 1973, p. 107). Todavia, logo após o que parecia ser uma crítica ao autoritarismo brasileiro, Rodrigues retomava seu elogio a Portella e inevitavelmente ao próprio regime, afirmando que “no momento em que o mais alto representante da soberania do povo demonstra sua confiança na cultura [...], existe



uma forte esperança que não é apenas o sucesso econômico e a vitória da tecnologia que são o fim último de uma nação” (Revista da ABL, 1973, p. 108).

Petrônio Portela, em seu agradecimento, abordou as relações complexas da ABL com a política. Citou Joaquim Nabuco que dissera que a política era inseparável das grandes obras e que, assim, ela não poderia ser a finalidade da ABL, mas, ao contrário, deveria “desaparecer na criação daquilo que produziu” (Revista da ABL, 1973, p. 111). Quase um século depois, o representante da ditadura dizia que, como Nabuco, ele não acreditava que a política pudesse ser dissociada das grandes obras e que, portanto, “acadêmicos e homens políticos deveriam lutar juntos para preservar os elementos imateriais da nossa cultura que fazem a grandeza da Nação” (Revista da ABL, 1973, p. 111). A ABL era, para Portela, a instituição que melhor poderia contribuir nessa missão, pois intelectuais e políticos “se ajustam em comunhão” em um Colégio onde não existe lugar para o que pode “dividir, separar, obscurecer a clareza dos imortais” (Revista da ABL, 1973, p. 111).

O senador aborda, em seguida, o tempo presente que seria, para ele, um tempo de crise. O homem estaria sendo esmagado seja pela “burocracia totalitária” seja pela “engrenagem da máquina multiplicadora do lucro”. Não seria diferente no Brasil onde “o fanatismo político se arma de maneira ameaçadora, enquanto os brasileiros seriam um povo “nascido para a liberdade”. “Mas”, ele adverte, “não uma liberdade que nos torna inerte em face dos que, terroristas, agredem os valores e os bens que acreditamos eternos, mas aquela que não se ausenta nunca de sua responsabilidade” (Revista da ABL, 1973, p. 112). É importante lembrar que a visita de Petrônio Portela se realiza quando as forças da repressão estavam em pleno combate contra a luta armada. O senador conclui exortando os acadêmicos a trabalharem com o regime, pois a “liberdade conduz à Justiça”:

E para que este ideal empolgue as leis, conduzindo e disciplinando a Nação, impõe-se, num encontro feliz, a ação harmoniosa, a luta solidária de intelectuais e políticos. Unamo-nos, cada dias mais, aos que, preocupados, estudam e tentam as fórmulas humanizadoras. Cabe-nos o dever de persegui-las, não obstante a certeza de que é difícil alcançá-las. E porque creio em vós, no vosso talento criador e na contribuição que podeis dar ao aprimoramento das nossas Instituições, é que aqui estou, Presidente do Congresso Nacional, para, em seu nome, no ano do Sesquicentenário do Poder Legislativo Brasileiro, dizer a vossa instituição benemérita um pouco da admiração imensa que temos pelo vosso ofício brilhante, nobre e fecundo (Revista da ABL, 1973, p. 112).

Considerações finais



Como dissemos, a separação desejada por Machado de Assis no momento da fundação da ABL, que deveria ser uma “torre de marfim” em oposição à “rua”, lugar dos engajamentos e conflitos políticos, é real. Entretanto, isso não implica que a instituição seja apolítica, como quis o seu fundador, mas que a política era feita de maneira menos “convencional”, ou seja, pelo recrutamento dos seus membros, pelos valores difundidos e pelas redes de sociabilidade entre acadêmicos e setores da elite política. Foi através desse viés que tentamos analisá-la.

Um olhar sobre a trajetória das personalidades eleitas para a ABL entre 1964 e 1979 mostra que não houve uma ruptura na forma de recrutamento de seus membros: a maioria deles eram escolhidos entre as elites culturais conservadoras que, nesse período, eram muito próximas do regime militar. No momento das visitas, homenagens, comemorações, cerimônias, além da proximidade entre os acadêmicos e a ditadura, amplamente difundida na imprensa, um conjunto de valores compartilhados entre as elites políticas, militares e culturais eram enaltecidos e difundidos: o civismo, o patriotismo e o anticomunismo; a ideia da existência de uma “cultura autêntica” e de uma identidade nacional fundada em uma língua comum, o português, e na religião cristã; mitos como o da cordialidade, traço que seria próprio do povo brasileiro, ou o da ausência de violência na história do país.

Acreditamos que a exclusão da política denotou, nos anos 1960 e 1970, mais do que consentimento à ordem social fundada pelos militares após o golpe de 1964; ela constituiu o coroamento cultural de um regime autoritário que contou com o apoio de uma “estrutura cultural conservadora” formada por três instituições: além da própria ABL, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o CFC. A “Casa de Machado de Assis” foi uma peça essencial dessa estrutura que promovia e fazia circular esses valores e mitos. Acreditamos assim que a instituição fundada pelo “bruxo do Cosme Velho” no final do século XIX, através de suas práticas cotidianas, terminou por ter um papel político importante na medida em que ela legitimava o regime militar, identificando-o com uma instituição cultural respeitada e, conseqüentemente, vinculando-o a uma memória, a uma cultura e a uma identidade supostamente “nacionais”.

Referências bibliográficas

- A NOTÍCIA. 1965. Esquerda e governo comungam liberdade. São Paulo, 29 abr., s/p.
AARÃO REIS, D. 2000. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar, 88p.

- ATHAYDE, A. d. Carta do presidente da ABL Austregésilo de Athayde ao Embaixador do Brasil na França, o general Aurélio de Lyra Tavares, datada do dia 14 de outubro de 1970. Arquivo da ABL, Fundo individual do acadêmico Austregésilo de Athayde.
- ATHAYDE, A. d. Carta do presidente da ABL Austregésilo de Athayde ao Embaixador do Brasil na França, o general Aurélio de Lyra Tavares, datada do dia 3 de agosto de 1970. Arquivo da ABL, Fundo individual do acadêmico Austregésilo de Athayde.
- ATHAYDE, A. d. Carta do presidente da ABL Austregésilo de Athayde ao Ministro da Educação Jarbas Passarinho, datada do dia 17 de fevereiro de 1970. Arquivo da ABL, Fundo individual do acadêmico Austregésilo de Athayde.
- BOJUNGA, C. 2001. *JK. O artista do impossível*. Rio de Janeiro, Objetiva, 800p.
- BURRIN, P. 1995. *La France à l'heure allemande. 1940-1944*. Paris, Éditions du Seuil, 557p.
- COSTA E SILVA, V. T. 1999. *Os segredos da imortalidade. Uma etnografia da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro, RJ, Dissertação de Mestrado, Museu Nacional.
- DIÁRIO DA TARDE. 1970. Médici e Rademaker viram Lira tomar posse na ABL. São Paulo, 6 jun., s/p.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. 1965. Adonias Fica Imortal na Cadeira "21". São Paulo, 28 abr., s/p.
- DISCURSOS ACADÊMICOS, 1968 – 1970. 1972. *Discurso de Aurélio de Lyra Tavares*. Rio de Janeiro, Publicações da Academia Brasileira de Letras.
- FICO, C. 1997. *Reinventando o otimismo*. Rio de Janeiro, FGV, 200p.
- FILHO, A. 1965. Discurso de posse. Disponível em <http://www.academia.org.br/abl/media/TOMO%20IV.pdf>. Acesso em 17/05/2014.
- GASPARI, E. 2001. *A ditadura envergonhada*. São Paulo, Companhia das Letras, 424p.
- REVISTA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. 1975. Homenagem a D. Pedro II. Rio de Janeiro, Jul-Dez, vol. 130, p. 235-247.
- IVO, L. 2011. Entrevista realizada com Lêdo Ivo no dia 26 de julho de 2011 na Academia Brasileira de Letras. (D. Cunha, Entrevistador).
- JORNAL DO COMÉRCIO. 1965. Adonias convida Castelo. Rio de Janeiro, 25 abr., s/p.
- JORNAL DO BRASIL. 1965. Adonias para a vaga de Juscelino. Rio de Janeiro, 4 mar., s/p.
- LYRA TAVARES, A. d. 1977. *O Brasil da minha geração* (Vol. 2). Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 288p.
- MAIA, T. d. 2010. *“Cardeais da cultura nacional”: o Conselho Federal de Cultura e o papel cívico das políticas culturais na ditadura civil-militar (1967 - 1975)*. Rio de Janeiro, RJ, Tese de Doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 181p.
- MONTELLO, J. 1991. *Diário do Entardecer*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 886p.
- MOTTA, R. P. 2014. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro, Zahar, 448p.
- O GLOBO. 1970. Médici prestigia posse de Lira Tavares na Academia. Rio de Janeiro, 3 jun., s/p.
- ORTIZ, R. 2006. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo, Brasiliense, 152p.
- PÉCAUT, D. 1989. *Entre le peuple et la nation. Les intellectuels et la politique au Brésil (1920-1980)*. Paris, 315p.
- REIS, J. C. 2009. *Indentidades do Brasil 2. De Calmon à Bonfim*. Rio de Janeiro, FGV, 240p.
- ROCHE, D. 1988. *Les Républicains des lettres. Gens de culture et Lumières au XVIIIe siècle*. Paris, Fayard, 393p.
- ROUSSO, H. (1987). *Le syndrome Vichy de 1944 à nos Jours*. Paris, Seuil, 414p.
- SANDRON, C., & SANDRONI, L. C. (1998). *Austregésilo de Athayde. O séulo de um liberal*. Rio de Janeiro, Agir, 812p.
- SCHWARCZ, R. 2008. *O pai de família e outros estudos*. São Paulo, Companhia das Letras, 184p.



TRIBUNA DA IMPRENSA. 1969. Austregésilo de Athayde: "Não estou patrocinando a candidatura Lyra Tavares". Rio de Janeiro, 30 dez., s/p.